

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

União quer sistema integrado contra cheias gerido pelo RS

Governo do Estado afirmou que está à disposição para contribuir

/ CLIMA

Bárbara Lima
barbaral@jcrs.com.br

Em coletiva de imprensa do Ministério Extraordinário de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul realizada nesta quarta-feira, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, afirmou que o governo federal irá investir em projetos que modernizam e requalificam sistemas anti-enchentes no Estado com prioridade. Ele disse também que o sistema contra cheias precisa ser integrado entre os municípios com gestão estadual.

“Projetos que trocam bombas, refazem diques, terão prioridade. Vamos acelerar a contratação”, disse, apontando para a contratação de um grande estudo, ouvindo universidades e técnicos, para analisar de forma sistêmica uma solução “definitiva” para o Estado.

“Uma vez que o conjunto de soluções seja encontrado, o ideal é que seja operado de forma agregada e não deixando na mão de cada município. O governo fede-



Ministro Rui Costa participou de coletiva de imprensa em Porto Alegre

ral fará o investimento, mas gostaríamos que o governo do Estado assumisse a gestão do sistema, pode ser por uma PPP (Parceria Público-Privada) estadual, ou empresa estadual, mas o Estado tem que ser responsável”, ponderou Costa.

Questionado sobre a questão enquanto chegava para uma reunião na Superintendência do Banco do Brasil, na noite desta quarta-feira, o vice-governador Gabriel Souza afirmou que o governo federal não havia falado so-

bre isso “nesses termos”, mas que o governo “está à disposição para contribuir com os municípios”.

“Há, de fato, uma conexão intermunicipal necessária para a contenção de cheias”, completou o vice-governador.

Ele afirmou, também, que há quatro projetos já antigos, como o do Arroio Feijó, o de Eldorado do Sul, o do Vale do Taquari e o do Vale dos Sinos, que faltam financiamento. “Tem projeto de quase R\$ 2 bilhões, como é o caso do Arroio Feijó”, explicou.

Moraes conclui gestão no TSE com ênfase à impunidade

/ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Em sua última sessão como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Alexandre de Moraes disse nesta quarta-feira que ajudou a romper o que chamou de “cultura de impunidade das redes sociais” por meio de resoluções e decisões contra publicações feitas nas plataformas.

Ele mais uma vez defendeu a regulamentação das redes sociais e disse que isso deve ser feito não só no âmbito do TSE, mas também do Supremo Tribunal Federal (STF) e dos demais Poderes.

“Votar com consciência e liberdade exige o combate à instrumentalização das redes sociais”, disse Moraes, em sua fala de despedida. Ele disse que as instituições do Brasil têm que reagir ao que chama de “novo populismo extremista” propagado nas redes sociais.

“Não é possível admitirmos que haja a continuidade do número massivo de desinformação, com

as deep fakes e as notícias fraudulentas agora anabolizadas pela inteligência artificial”, disse Moraes.

“Não é possível que a sociedade e os Poderes constituídos aceitem essa continuidade sem regulamentação mínima, que garanta o que eu sempre digo e repito: que o que não é possível na vida real não pode ser possível no mundo virtual”.

Em março deste ano, sob a presidência de Moraes, a corte aprovou resoluções que estabelecem que as plataformas de internet serão solidariamente responsáveis “civil e administrativamente quando não promoverem a indisponibilização imediata de conteúdos e contas, durante o período eleitoral”.

A medida foi entendida por advogados e representantes da sociedade civil como uma violação do tribunal ao Marco Civil da Internet.

Na próxima segunda-feira, Moraes irá transferir a presidência para a ministra Cármen Lúcia, que

estará à frente do TSE nas eleições municipais deste ano. Ele também deixará a corte eleitoral, e sua vaga será ocupada pelo ministro do STF André Mendonça.

Ele ouviu discursos de homenagem nesta quarta de Cármen, do procurador-geral da República, Paulo Gonet, e de advogados.

A ministra disse que, nas eleições de 2022, em um “momento gravíssimo da história brasileira”, Moraes era “a pessoa certa, no lugar certo, na hora certa”.

“O Brasil passou um momento de grave comprometimento da sociedade, no conflito que se impôs e se estabeleceu contra o TSE, contra as urnas eletrônicas”, disse a ministra, sem nominar pessoas, mas em uma referência aos ataques antidemocráticos do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de seus aliados. “Naquele momento era essencial que houvesse a atuação tal como aconteceu, e que não seria diferente esperar de vossa excelência”, disse a ministra.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

‘Não faltará arroz’, diz ministro

“Não vai faltar arroz”, garantiu o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, durante almoço com líderes empresariais, nesta quarta-feira, em Brasília. Ele afirmou que “não deve faltar arroz nas prateleiras dos supermercados neste ano. Embora as enchentes tenham afetado a produção no Rio Grande do Sul, mais de 80% já estava colhida antes das adversidades climáticas na região”, disse o ministro.

Produção de arroz



Carlos Fávaro (foto) enfatizou que das 100 milhões de toneladas produzidas do grão no País, 70% são de territórios gaúchos, 15% de Santa Catarina, e o residual é espalhado por outras áreas produtivas. O ministro da Agricultura foi o palestrante do almoço-debate promovido pelo Grupo Lide, presidido pelo empresário e ex-senador Paulo Octávio.

Maldade e fake news

Sobre a preocupação da população brasileira com a possível escassez de arroz, Carlos Fávaro protestou indignado. “As fake news e a especulação levaram a um aumento abusivo nos preços. Diante da especulação, de tanta maldade e fake news de que iria faltar arroz, os preços aumentaram de 30% a 40%. Um absurdo! Então, para acalmar o mercado, estamos abrindo o edital de importação.”

Agronegócio em Brasília

Para o presidente do Grupo Lide, Paulo Octávio, “o agronegócio tem se tornado cada vez mais relevante para a economia do Distrito Federal. Temos muito ainda a fazer e a aprender, especialmente no que diz respeito à tecnologia. A tecnologia tem sido essencial para o avanço do agronegócio, e precisamos estar atentos a isso”, ressaltou.

Derrotas no Congresso

O governo chega ao feriado de Corpus Christi com uma série de derrotas na votação dos vetos, mostrando a fragilidade diante de um Congresso forte, que dá um recado ao Planalto, de que quem manda é o Parlamento. Deputados e senadores derrubaram o veto de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao fim das saídas temporárias de presos. Por outro lado, parlamentares mantêm o veto de Jair Bolsonaro (PL) a projeto que torna crime a disseminação de informação falsa em período eleitoral.

Derrota para a sociedade

Para o deputado federal gaúcho Elvino Bohn Gass (PT), “a derrota do governo nas votações do Congresso, nesta semana, não é uma derrota para o governo, isso é uma derrota para a sociedade e para a democracia”.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.



www.sko.com.br | 51 3342.9323

Ética • Dinamismo • Confiabilidade